



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2023

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, com alterações posteriores trazidas pela Lei Estadual nº 17.293/2020. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, podendo atuar também no âmbito das demais operações de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários, classificada nas categorias "B" e "S2", na forma das Resoluções CVM nº 80 e 60, respectivamente, prestando regularmente todas as informações e atendendo todos os requisitos exigidos para essas categorias de empresa. As demonstrações contábeis apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2014 e 2015, com lastro dos fluxos financeiros dos direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS ("PPI"). **Operações realizadas:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do "PEP" no montante de R\$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de col-

cação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R\$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido auferido foi de R\$ 12.384 (R\$ 18.366, em 2022), sendo que deste resultado foram deduzidos R\$ 553 (R\$ 825, em 2022) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no exercício. Na composição do resultado observa-se que a receita operacional apresentou uma redução de 52,4%, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no período. As perdas líquidas no recebimento de crédito também apresentaram um declínio, porém de 26,1%. Em contrapartida, as receitas financeiras apresentaram um incremento de 48,3%, comparativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, proveniente da manutenção do elevado patamar da taxa Selic e do aumento das disponibilidades de caixa em 2023. A proposta da Administração da Companhia a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas prevê a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2023, no valor total de R\$ 12.384, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R\$

619; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor de R\$ 4.700; (iii) pagamento aos acionistas de dividendos obrigatórios no valor de R\$ 2.941; e (iv) pagamento aos acionistas de dividendos adicionais no valor de R\$ 4.124, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Reserva Especial", no Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R\$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Avaliação dos Administradores:** Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Em cumprimento às deliberações emitidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Companhia, mediante o preenchimento de formulários específicos dos colegiados (Diretoria e Conselho de Administração), de forma coletiva e de forma individualizada (autoavaliação). A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual. O processo foi submetido à deliberação do Comitê de Elegibilidade, que avaliou a sua conformidade e posteriormente enviado ao Codec. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com as instruções normativas vigentes no Brasil, a CPSEC esclarece que a empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., nos exercícios findos em 2023 e 2022, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	2023		2022		PASSIVO	Nota Explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
CIRCULANTE		304.194	290.733			CIRCULANTE		10.652	12.466		
Caixa e Equivalente de Caixa	4	179.221	130.169			Obrigações Sociais e Trabalhistas		278	211		
Banco		19	20			Obrigações Sociais		116	81		
Aplicações financeiras		179.202	130.149			Obrigações Trabalhistas		162	130		
Contas a Receber	5 e 9	54.039	108.318			Obrigações Fiscais Federais	14	273	954		
Direitos Creditórios a Receber - PPI		5.408	5.240			Outras Obrigações		10.101	11.301		
Direitos Creditórios a Receber - PEP		48.450	102.525			Valores Transitórios a Pagar	8 e 15	2.204	2.368		
Ajuste a Valor Justo - PEP		181	553			Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		203	270		
Outros Ativos Circulantes		4.157	2.028			Dividendos e juros a pagar s/ Capital Próprio	10 e 15	7.641	8.612		
Outros Créditos		66.777	50.218			Outras obrigações		53	51		
Valores Transitórios a Receber	6	66.777	50.218			PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
NÃO CIRCULANTE		3.745	23.113			Patrimônio Líquido	10	297.287	301.380		
Tributos Diferidos	9 e 14	3.526	4.925			Capital Integralizado		283.096	283.096		
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		3.526	4.925			Reserva Legal		10.067	9.448		
Contas a Receber	5, 9 e 15	212	18.177			Reserva Especial		4.124	8.836		
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		12.239	12.239								
(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados		(12.239)	(12.239)			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		307.939	313.846		
Direitos Creditórios a Receber - PEP		212	17.996								
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		86.980	76.610								
(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados		(86.980)	(76.610)								
Ajuste a Valor Justo - PEP		-	181								
Ativo Permanente		7	11								
TOTAL DO ATIVO		307.939	313.846								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	Notas Explicativas	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Receita Atualização PPI - Selic	5 e 15	17.907	37.628		
Receita Atualização PEP	5	276	349		
Receita Atualização PEP	5	17.631	37.279		
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	7 e 15	(2.176)	(4.710)		
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	7	-	(669)		
Pis Não Cumulativo		(163)	(700)		
Cofins Não Cumulativo		(794)	(3.341)		
Pis Cumulativo		(170)	-		
Cofins Cumulativo		(1.049)	-		
RESULTADO BRUTO		15.731	32.918		
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(15.968)	(18.184)		
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	11 e 12	(5.183)	(4.089)		
Despesas com Salários	11	(2.651)	(2.385)		
Encargos Sociais e Obrigações	11	(1.759)	(1.024)		
Serviços Técnicos Especializados	12	(590)	(579)		
Anúncios e Publicações	12	(176)	(89)		
Despesas Legais e Societárias	12	(7)	(12)		
PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	10 e 14	(10.369)	(14.032)		
(Perdas)/Ganhos no Recebimento de Direitos Creditórios PPI		-	455		
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP		(10.369)	(14.487)		
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	12	(416)	(63)		
Outras Despesas Operacionais		(416)	(63)		
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 13	17.522	11.788		
Receitas Financeiras		17.530	11.819		
Despesas Financeiras		(8)	(31)		
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		17.285	26.522		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(4.901)	(8.156)		
Imposto de Renda		(2.568)	(1.512)		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(933)	(553)		
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo		-	(22)		
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		(1.400)	(6.069)		
LUCRO DO PERÍODO	10 e 18	12.384	18.366		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	18	4,37	6,49		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	Notas Explicativas	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Receita Atualização PPI - Selic	5	7.538	23.596		
Receita Atualização PEP	5	276	349		
Receita Atualização PEP	5	17.631	37.279		
Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	10 e 14	(1.144)	(1.408)		
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.144)	(1.408)		
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(1.144)	(739)		
Juros Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª emissão	7	-	(669)		
VALOR ADICIONADO BRUTO		6.394	22.188		
RETENÇÕES		(3)	(4)		
Depreciação, Amortização e Exaustão		(3)	(4)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		6.391	22.184		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		17.522	11.788		
Receitas Financeiras	13	17.530	11.819		
Despesas Financeiras	13	(8)	(31)		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		23.913	33.972		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		23.913	33.972		
Pessoal		3.460	2.676		
FGTS		150	115		
Impostos, Taxas e Contribuições	14	7.919	12.815		
Remuneração de Capitais Próprios	10	12.384	18.366		
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio		7.641	8.612		
Lucros retidos do exercício		4.743	9.754		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.384	18.366
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	12.384	18.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas Explicativas	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10 e 18	12.384	18.366		
Receita Atualização PEP		(1.775)	(5.497)		
Depreciação		3	4		
Amortização de mensuração inicial da carteira de direitos creditórios	9 e 14	553	803		
IRPJ e CSLL Diferidos	9 e 14	1.400	6.091		
Perda no recebimento de Direitos Creditórios	9, 10 e 14	10.369	14.032		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		22.934	33.799		
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS					
Direitos Creditórios a Receber - PPI	5	(168)	(68)		
Direitos Creditórios a Receber - PEP	5	73.634	116.481		
Direitos Creditórios PPI Rompidos	5	(10.370)	(14.487)		
Direitos Creditórios PPI Rompidos	5	-	455		
Valores Transitórios a Receber (pessoas ligadas)	6	(16.559)	(26.282)		
Outros Ativos		(2.129)	(797)		
Debêntures - 2ª emissão	7	-	(23.322)		
Fornecedores		2	-		
Contas a Pagar		(680)	9		
Outras Obrigações	8	(164)	821		
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		43.566	52.810		
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		66.500	86.609		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	10	(17.448)	(4.331)		
Redução de Capital Social	10	-	(56.634)		
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(17.448)	(60.965)		
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		49.052	25.644		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	130.169	104.525		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	179.221	130.169		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022	Notas Explicativas	Reservas			Lucros acumulados	Total
		Capital de Lucros	Reserva Legal	Reserva Especial		
Redução do Capital Social (AGE 22/03/2022)	10	(130.000)				(130.000)
Dividendos - Pago	10			(1.331)		(1.331)
Lucro líquido do exercício	10				18.366	18.366
Destinações:						
Reserva Legal	10		918			(918)
Juros sobre Capital Próprio	10				(4.250)	(4.250)
Dividendos obrigatórios	10				(4.362)	(4.362)
Dividendos adicionais propostos</						

Continuação **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários nas categorias "B" e "S2", na forma da Instrução nº 480/2009 e Resolução CVM nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e "caput" do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C a Lei nº 13.723/2009, que autorizou a criação da Companhia, aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização. Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e tem prospectado também novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **Aprovação das Demonstrações Contábeis:** A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo. **b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço de mercado". O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação. Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. • **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício. • **Passivos financeiros:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **c) Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Ainda, conforme o CPC 48 são reconhecidas as eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. No entanto, considerando a possibilidade de utilização dos direitos creditórios rompidos para amortização extraordinária das debêntures subordinadas, quando aplicável, são reconhecidas exclusivamente as perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI que excederem o saldo das debêntures subordinadas, conforme detalhado abaixo. Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos", quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. O saldo de direitos creditórios rompidos destinado à dação em pagamento, quando aplicável, não sofre qualquer perda, redução ou depreciação, sendo que líquido e certo de que, posteriormente, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas inscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures. Convém destacar, ainda, que este procedimento, da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas inscritas pelo Estado de São Paulo, caso aplicável, não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes instrumentos financeiros são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro. Por sua vez, em razão da exposição ao risco de crédito, oportunamente são reconhecidos e efetuados os registros de perda sobre a carteira de direitos creditórios rompidos, que excederem ao saldo das debêntures subordinadas. A partir de junho de 2020 foram iniciados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios, as quais são apresentadas na nota explicativa nº 5.

d) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **e) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **Ativos e passivos contingenciais:** Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue: • **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. • **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. • **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correntes são calculados com base

nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no período para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis, e quaisquer ajustes decorrentes de períodos anteriores. Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos. **h) Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **i) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa		
	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	19	20
Aplicações Financeiras	179.202	130.149
Total	179.221	130.169

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC), BB Renda Fixa Simples Solidez Automático FIC e BB Renda Fixa Solidez Diferenciado Fundo de Investimento, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições financeiras que possuam classificação de risco atribuída pelo gestor, no mínimo, equivalente àqueles atribuídos aos títulos da dívida pública federal e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Todos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de "Receitas Financeiras", alcançou o montante de R\$ 17.530 (R\$ 11.819, em 2022).

5. CONTAS A RECEBER

As Demonstrações Contábeis apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP - PEP ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP - PPI ("PPI"), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia. **DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PPI:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PPI		
Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Até 12 meses	5.408	5.240
Total	5.408	5.240
PPI rompido (1)	12.239	12.239
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(12.239)	(12.239)
Total	5.408	5.240

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias). (2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos).

Receita de Atualização - PPI		
Detalhamento das Receitas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Atualização PPI - Selic	263	251
Receita PPI - Indenização	13	34
Reversão Ajuste a Valor Justo - PPI	-	64
Total da Receita de Atualização PPI	276	349

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP: Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PEP		
Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Até 12 meses	48.450	102.525
Até 24 meses	128	17.813
Até 48 meses	61	139
Acima 48 meses	23	44
Total	48.662	120.521
Curto Prazo	48.450	102.525
Longo Prazo	212	17.996
PEP rompido (3)	86.980	76.610
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (4)	(86.980)	(76.610)
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Circulante (5)	181	553
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Não Circulante (5)	-	181
Total	48.843	121.255

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 ou mais parcelas em atraso). (4) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos). (5) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Receita de Atualização - PEP		
Detalhamento das Receitas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Atualização PEP	5.164	17.015
Reversão Receita PEP PECLD	(1.478)	(1.070)
Receita PEP - Indenização	16.559	26.283
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(2.061)	(4.082)
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(553)	(867)
Total da Receita de Atualização PEP	17.631	37.279

6. VALORES TRANSITÓRIOS A RECEBER

Valores Transitórios a Receber: Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP que, a partir de 1º de outubro de 2020, deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, e passaram a ser registrados em conta específica a receber do Estado, denominada "valores transitórios a receber", nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram incorporados aos "valores transitórios a receber" o importe de R\$ 16.559 (notas 7 e 15) relativos ao registro dos novos Eventos de Indenização do PEP. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023 o saldo da rubrica de "valores transitórios a receber" passou para R\$ 66.777 (R\$ 50.218, em 2022).

7. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu um total de 5.200.620 debêntures, distribuídas entre a 2ª e 3ª emissões, cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Detalhamento / Características	Debêntures		
	1ª Série	2ª Série	Série Única
Garantia	Quirografária Pública	Quirografária Pública	Garantia Real Pública
Distribuição	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 400
Oferta	brBBB-	brAAA	brAAA
Classificação de Risco (S&P)	2 PMT	3,0 PMT	3,0 PMT
Fundo de Amortização	28/11/14	28/11/14	18/05/15
Data Emissão	16/06/22	18/07/24	16/06/20
Data Vencimento	8.000	5.118.620	74.000
Quantidade	14.481	-	613
Despesa Estruturação e Distribuição	800.000	5.118.620	740.000
Valor da Emissão	90 meses	116 meses	60 meses
Prazo Amortização	Situatão	Resgatada	Resgatada
Situatão	Resgatada	Resgatada Antecip	Resgatada
Indexador utilizado	100% DI	12,28% a.a.	100% DI
Spread	2,60% a.a.	-	2,50% a.a.
Taxa efetiva	DI+3,02% a.a.	-	DI+2,54% a.a.
Periodicidade de indexação	diária	mensal	diária

Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. A partir de 1º outubro de 2020, os valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios de parcelamentos cedidos deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, sendo registrados em conta específica a receber do Estado, denominada "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6). Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R\$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. Dessa forma, a Emissora não possui mais Debêntures em circulação no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apurados Eventos de Indenização do PEP favoráveis à Companhia no montante de R\$ 16.559 (R\$ 26.283, em 2022), cujo valor registrado foi adicionado na rubrica "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apurados Eventos de Indenização do PPI favoráveis à Companhia no montante de R\$ 14 (R\$ 40, em 2022), reduzindo, dessa forma, o saldo das Indenizações do PPI favoráveis ao Estado para R\$ 134 (R\$ 148, em 2022), cujo montante encontra-se registrado no passivo circulante, na rubrica de valores transitórios a pagar (nota explicativa nº 8). No quadro abaixo são demonstradas as despesas de juros incorridas no período e as despesas com a amortização do custo de estruturação e distribuição das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão no mercado de capitais.

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

Despesas - Debêntures 1ª Série da 2ª Emissão		
Detalhamento das Despesas	31/12/2023	31/12/2022
Amortização do custo de estruturação e distribuição	-	27
Juros	-	642
Total de Despesas	-	669

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças transitórias apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, da arrecadação de parcelamento não securitizados e de eventos de indenização do PPI favoráveis ao Estado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 registrava R\$ 2.204 (R\$ 2.368, em 2022). No decorrer do exercício social de 2023 foram transferidos à conta única do Tesouro Estadual R\$ 8.323 (R\$ 5.348, em 2022), referentes à devolução de arrecadação do PPI e do PEP não securitizados. **Passivos contingentes:** Há uma Ação Popular, classificada com risco possível, em razão de sentença proferida de primeiro grau julgada parcialmente procedente, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixada em R\$ 1.000,00 (um mil reais). A Administração vislumbra a reversão da situação, inclusive do seu arquivamento, em razão dos termos do Recurso de Apelação conferirem manifestação favorável à Companhia pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em relação ao mérito julgado. Não há outros litígios ou risco em andamento com divulgação requerida.

9. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estruturação - Vigente: Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como "Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado", e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value"), avaliação realizada em dezembro de 2014, foi reconhecida uma redução no valor de R\$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como "Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado", foi reconhecida uma redução de R\$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R\$ 14.253. As debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão estão classificadas como Passivo Financeiro Mensurado Subsequentemente ao Custo Amortizado (nota explicativa nº 7). Em 31 de dezembro de 2023 o saldo do ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R\$ 181 (R\$ 734, em 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi deduzido do resultado o valor de R\$ 553 (R\$ 867, em 2022), referentes à realização do valor justo do PEP (mensuração inicial) no período. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios do PEP, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, inscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado à apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/2023	31/12/2022	
	Valor contábil	Valor contábil	Categoria

Ativos Financeiros

Direitos Creditórios 54.251 126.495 Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado
A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. **Hierarquia de valor justo:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 283.096, em moeda corrente nacional, representado por 2.830.956 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. b) Reserva legal e Reserva Especial: A Reserva Legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, sendo que em 31 de dezembro de 2023 somou R\$ 619, totalizando de R\$ 10.067 (R\$ 918 e R\$ 9.448, respectivamente, em 2022). c) Lucro Líquido do exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido auferido foi de R\$ 12.384 (R\$ 18.366, em 2022), sendo que deste resultado foram deduzidos R\$ 553 (R\$ 825, em 2022) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no exercício (nota explicativa nº 9). Na composição do resultado observa-se que a receita operacional apresentou uma redução de 52,4%, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no período. As perdas líquidas no recebimento de crédito também apresentaram um declínio, porém de 26,1%. Em contrapartida, as receitas financeiras apresentaram um incremento de 48,3%, comparativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, proveniente da manutenção do elevado patamar da taxa Selic e do aumento das disponibilidades de caixa em 2023. d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em 17 de maio de 2023 foram pagos aos acionistas os dividendos e JCP de 2022, no montante de R\$ 17.448, sendo R\$ 4.250 de JCP, R\$ 4.362 de dividendos obrigatórios, R\$ 8.836 de dividendos adicionais, consoante deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023. Em relação à destinação do lucro auferido no exercício social de 2023, a Administração propõe o pagamento aos acionistas de R\$ 4.700 na forma de JCP e R\$ 7.065 na forma de dividendos, perfazendo assim 95% do lucro, cuja destinação será objeto de deliberação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2023.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHOS E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 1/2023 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabeleceu ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, "pro rata temporis", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário. Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto no parecer CODEC nº 1/2023, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais.

Despesas com salários:	2023	2022
Honorários da diretoria e conselho	2.137	1.952
Salários - empregados	495	415
Vale Refeição - empregados	19	18
Total de despesas	2.651	2.385

Encargos sociais e obrigações:

	2023	2022
Férias e 13 salário - empregados	107	96
Licença remunerada	83	59
Gratificação anual	677	137
Despesa de INSS	799	617
Despesa de FGTS	151	115
Reversão de Provisões	(58)	-
Total de despesas	1.759	1.024

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	264	246
Assessoria Contábil	266	245
Auditoria Interna	59	73
Outros	1	15
	590	579
Anúncios e Publicações	176	89
Despesas Legais e Societárias	7	12
Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	39	19
Seguros D&O	-	27
Juros e Multa s/ Recolhimento em Atraso	364	-
Outras despesas operacionais	13	17
	416	63

13. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	17.229	11.773
Juros Ativos - Selic	252	35
Descontos obtidos	49	11
Subtotal	17.530	11.819
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	8	31
Subtotal	8	31
Total do resultado financeiro	17.522	11.788

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO		2023	2022
		Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.285	26.522
(+ Adição Ajuste a Valor Justo		553	803
(+ Adição Despesas Indedutíveis Temporárias		10.369	14.487
(+ Adição Despesas Indedutíveis Permanentes		1.347	548
(-) Exclusão - Diferenças Dedutíveis Temporárias		(14.487)	(31.967)
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente		15.067	10.393
JCP Provisionado		(4.700)	(4.250)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social		10.367	6.143
Imposto de Renda (IRPJ) Corrente (25%)		2.568	1.512
Contribuição Social (CSLL) Corrente (9%)		933	553
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo (34%)		-	22
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias (34%)		1.400	6.069

Com o resgate integral antecipado das Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão (nota explicativa nº 7), a partir de junho de 2021 a Companhia passou a registrar em perdas a totalidade dos créditos rompidos da carteira de Direitos Creditórios do PEP e do PPI Rompidos. Diante deste novo contexto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos R\$ 3.526 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento das perdas de R\$ 10.369 verificadas e registradas no recebimento de créditos vencidos da carteira de Direitos Creditórios do PEP (R\$ 4.925 e R\$ 14.487, em 2022, respectivamente). O reconhecimento de R\$ 3.526 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade e na perspectiva de base tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia. No encerramento da apuração fiscal de 2023 foram deduzidos da base tributária os R\$ 14.487 de créditos vencidos há 12 meses ou mais e não recuperados, e simultaneamente baixados os R\$ 4.925 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), sobre as diferenças temporárias, que haviam sido registrados em 2022 (R\$ 31.967 e R\$ 10.869, em 2022, respectivamente). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023 os ativos fiscais diferidos relativos ao IRPJ e a CSLL referentes às diferenças temporárias dedutíveis apresentaram o saldo de R\$ 3.526 (R\$ 4.925, em 2022). A Companhia apura os tributos com base no lucro real, optando pelo recolhimento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R\$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia. No quadro abaixo são demonstradas as posições, receitas e despesas oriundas de transações existentes com partes relacionadas.

Notas	Receita		Receita	
	Ativo (Passivo)	(Despesa) Exercício	Ativo (Passivo)	(Despesa) Exercício
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Estado de São Paulo				
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	12.239	-	12.239
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	86.980	-	76.610
Valores Transitórios a Receber	6	66.777	-	50.218
- Valores Transitórios a pagar	8	(2.204)	-	(2.368)
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	10	(4.700)	-	(4.250)
- Dividendos Obrigatórios	10	(2.941)	-	(4.362)
- Receitas de Indenização	7	-	13.957	-
				21.477

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada "valores transitórios a receber", para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram adicionados à rubrica de "valores transitórios a receber" o montante de R\$ 16.559 (R\$ 26.283, em 2022), referentes aos Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP favoráveis à CPSEC reconhecidos no exercício (nota explicativa nº 6). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023 o saldo da rubrica de "valores transitórios a receber" passou para R\$ 66.777 (R\$ 50.218, em 2022).

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações Contábeis. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas de baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura plena de suas obrigações. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. Em virtude do resgate integral de todas as debêntures emitidas (nota explicativa nº 7), atualmente a Companhia não possui passivos expostos a risco.

Ativos expostos a risco	Natureza do risco associado	31/12/2023	31/12/2022
		Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	19	20
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	179.202	130.149
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	54.070	125.761

(1) Excluído o saldo dos direitos creditórios rompidos (créditos registrados em perdas);

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descaçamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. São expostos ao risco de crédito os direitos creditórios oriundos de contratos com 4 parcelas não pagas, ocasião na qual passam a ser considerados rompidos. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

	Análise do Risco de Liquidez	
	31/12/2023	31/12/2022
Prazo	Outras Obrigações	Outras Obrigações
0 a 3 meses	2.204	2.368
Total	2.204	2.368

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite antecipações efetuadas pelos devedores. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia na administração de capital durante o exercício. Em linha com esta política a administração da Companhia propôs e os acionistas deliberaram pela redução do capital (nota explicativa nº 10), tendo em vista o mesmo ser considerado excessivo frente à sua atividade operacional. **Análise de sensibilidade:** A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidadas em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures (liquidadas em junho de 2022) também não há descaçamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em dezembro de 2023, foi de 0,56%. Com isso, IPCA acumulado fechou o ano passado com alta de 4,62%. Em janeiro de 2024 o IPCA apresentou uma ligeira desaceleração, comparativamente ao mês anterior, ficando em 0,42%. Apesar da redução, o IPCA voltou a sofrer pressão da alta de diversos

Continua...

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

 **Prodesp**